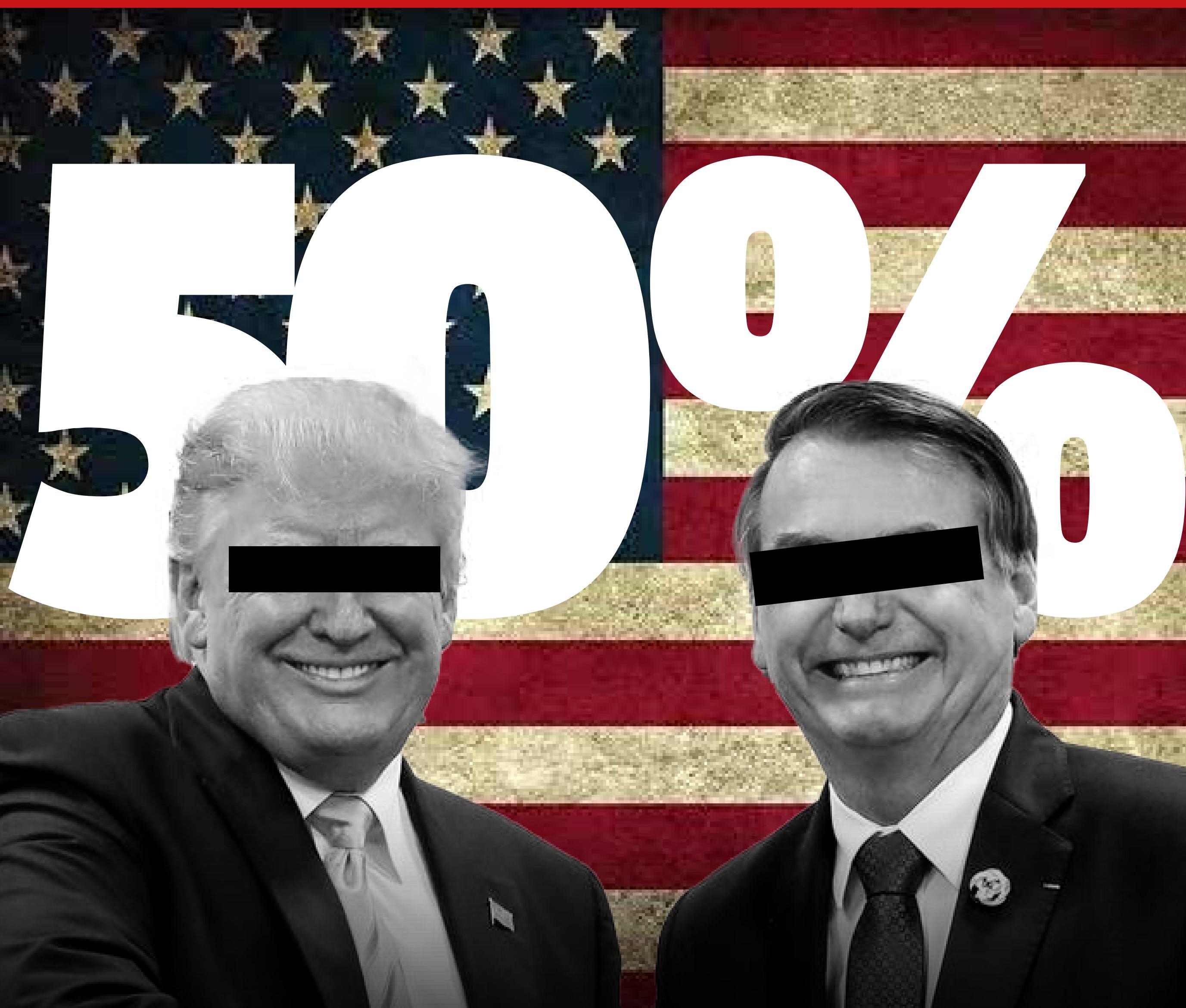


OPINIÃO SOCIALISTA



TRUMP, TIRE AS MÃOS DO BRASIL! BOLSONARO NA PRISÃO!

Pág. 19 a 26

INTERNACIONAL

NETANYAHU RETOMA
EXPULSÃO DE PALESTINOS
COM AVAL DE TRUMP

Pág. 36 a 40

NACIONAL

ENQUANTO FALA DE "RICOS
CONTRA POBRES", GOVERNO
PREPARA ACORDÃO COM
CONGRESSO

Pág. 10 a 18

O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

NOTAS | Pág. 4 e 5

Antropoceno: Catástrofe do clima produzida pelo capitalismo

Pesquisa: Congresso contra o povo

Pág. 6 a 9

Editorial

É HORA DE AS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO CHAMAREM A MOBILIZAÇÃO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES

Pág. 10 a 18

Internacional

CAMPANHA FALA DE “RICOS CONTRA POBRES”, MAS GOVERNO PREPARA ACORDÃO COM CONGRESSO, STF E CENTRÃO

Pág. 19 a 26

Centrais

TRUMP, TIRE AS MÃOS DO BRASIL! SEM ANISTIA A GOLPISTAS CAPACHOS DO IMPERIALISMO: BOLSONARO NA PRISÃO!

Pág. 27 a 30

Movimento

GREVE DA EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE: UMA VITÓRIA INQUESTIONÁVEL

Pág. 31 a 35

Educação

UM PROJETO DE DESTRUÇÃO DOS CEFETS

Pág. 36 a 40

Internacional

NETANYAHU RETOMA PLANO DE EXPULSÃO DE PALESTINOS

Pág. 41 a 45

Movimento

AVIBRAS: JUSTIÇA HOMOLOGA PLANO QUE PODE RETOMAR ATIVIDADES

Pág. 46 a 49

Cultura

EXPOSIÇÃO NO RIO DE JANEIRO VIAJA PELA VIDA, ARTE E REBELDIA DE CAZUZA

CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil
Agência: 4054-1
Conta: 26751-1
PIX: 55.446.524/0001-00



EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO: Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Cândido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO: Ana Sbabbo

CONTATOS

✉ @opiniaosocialista

✉ Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉ opinião@pstu.org.br

🏡 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo
(SP) CEP: 01313-000

ANTROPOCENO

Catástrofe do clima produzida pelo capitalismo

Enchentes no Texas deixam mais de 100 mortos, incluindo 27 crianças. Equipes buscam sobreviventes com poucas esperanças. No condado mais afetado, o rio Guadalupe transbordou repentinamente, inundando casas. Especialistas associam a tragédia a mudanças climáticas e falta de prevenção.

Simultaneamente, na fronteira China-Nepal, chuvas destruíram a Ponte da Amizade, com 30 desaparecidos. No Paquistão, 79 morreram em inundações. No Brasil, Rio Grande do Sul vive terceiro ano de enchentes (5 mortos, 10 mil desalojados). No Amazonas, 40 municípios em emergência; Rio Negro em Manaus ultrapassou 29 metros, afetando 500 mil pessoas.

Especialistas apontam desequilíbrio climático global. Enquanto isso, governos falham em agir: a conferência climática de Bonn (preparatória para COP30) terminou sem avanços contra combustíveis fósseis. No Brasil, governo expande exploração de petróleo em áreas sensíveis. A crise evidencia que desastres são consequência do modelo capitalista, exigindo lutas por alternativas sociais urgentes.

PESQUISAS

Congresso contra o povo



Foto: Reprodução

Congresso brasileiro rejeita direitos trabalhistas: 70% dos deputados são contra fim da escala 6×1 e redução para 36h semanais, aponta pesquisa Quaest (02/07). Rejeição é maioria em todos os grupos: oposição (92%), independentes (74%) e até governistas (55%). A PEC está parada na Câmara desde fevereiro. O descompasso é gritante: 64% da população apoia a medida, segundo Datafolha. A postura anti-trabalhador se repete: 53% rejeitam limitar supersalários de juízes, enquanto 83% apoiam exploração de petróleo na foz do Amazonas, ignorando totalmente os riscos ambientais.

Conclusão escandalosa: Um Congresso dominado por agronegócio, banqueiros e empresários (quem tem jornada 3×4) impõe 6×1 ao povo. Só pressão popular nas ruas pode quebrar esta lógica.

IMPERIALISMO ATACA O BRASIL

É hora de as organizações do movimento chamarem a mobilização independente dos trabalhadores



Foto: Reprodução

O Brasil está sob um ataque direto do imperialismo. A medida anunciada por Donald Trump, que impõe sobretaxas às exportações brasileiras, é uma grave violação da nossa soberania e independência nacional. Mais que uma questão econômica, trata-se de uma inaceitável ingerência política. A justificativa de Trump, que inclui a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, investigado por tentativa de golpe, e o pedido de anistia aos golpistas, configura uma interferência explícita no processo político nacional em apoio à extrema direita e contra as instituições do Estado brasileiro.

No plano econômico, o objetivo é explícito:

aprofundar as vantagens e a dominação dos Estados Unidos sobre o Brasil. O imperialismo estadunidense há décadas domina nossa economia por meio de seus monopólios que superexploram os trabalhadores, saqueiam nossas matérias-primas e remetem lucros bilionários aos seus acionistas. Os lucros das empresas estadunidenses aqui instaladas são uma das formas mais cruéis de pilhagem do nosso povo.

O bolsonarismo, como era de se esperar, aplaude a medida de Trump. Faz isso porque o projeto da extrema direita é justamente o da subserviência total ao imperialismo. Foram inclusive lobistas dessa manobra, como parte da tentativa de reabilitar politicamente Bolsonaro. Comemoraram a agressão estrangeira como parte de sua estratégia para evitar a prisão do ex-presidente e voltar à disputa eleitoral. Essa postura revela o verdadeiro caráter desses setores: não são patriotas, são lacaios dos interesses imperialistas, dispostos a sacrificar o país em troca de seus próprios objetivos políticos e projeto autoritário.

Mas não nos iludamos com o restante da burguesia brasileira. Embora critique a medida de Trump, sua resposta é tímida e conciliadora. Clamam por negociação e diálogo, porque seus lucros dependem da associação subordinada ao imperialismo. A história do Brasil mostra que nenhum setor burguês esteve disposto a romper de fato com os interesses imperialistas. A dependência é parte estrutural do modelo econômico que defendem.

O governo Lula, apesar da retórica inicial de “reciprocidade”, passadas 24 horas afirmou que a

reciprocidade só será usada em “última instância”, representando a vontade da burguesia vira-lata brasileira. Isso só reforça a necessidade de a classe trabalhadora entrar em cena para dar uma resposta à altura. O mínimo aceitável diante dessa agressão é proibir a remessa de dólares dos fundos de investimento credores da dívida pública, de lucros e dividendos das multinacionais e estar disposto a nacionalizar os monopólios imperialistas, as empresas estadunidenses que atuam no país, estatizar setores estratégicos sob controle dos trabalhadores e iniciar um processo de ruptura real com o imperialismo.

A postura da esquerda eleitoral e institucional é muito limitada. No ato da Avenida Paulista, o discurso de Boulos não dá respostas à gravidade do ataque imperialista. Centrou-se na eleição de 2026 e na defesa de ajudar o governo Lula a governar “contra o centrão”. Não diz que, na verdade, quando propõe que os trabalhadores ajudem a governar, está falando em manter e apoiar a política econômica neoliberal do governo e seu arcabouço fiscal, que protege os banqueiros, incluindo os credores dos fundos de investimentos dos EUA que rapinam nossas riquezas. Além disso, faz um discurso enganoso quando esquece que quem alimenta o centrão é o próprio governo que entrega ministérios e verbas a ele.

Essa política de conciliação com a burguesia desarma os trabalhadores. A luta contra o imperialismo deve estar ligada à luta contra os cortes de verbas sociais, contra o arcabouço fiscal, contra a escala 6×1 e pela taxação dos bilionários e dos capitalistas. É preciso unir as lutas populares de forma independente da burguesia, do Congresso,

do STF e dos governos. Para derrotar o imperialismo e também o bolsonarismo é preciso enfrentar de fato os ricos, os banqueiros, a Fiesp, os monopólios do agronegócio, o Congresso, e não conciliar e governar com todos eles como faz Lula.

Para defender a soberania do país diante de uma agressão imperialista desse porte, é necessário que as organizações dos trabalhadores e populares rompam com a burguesia e chamem a mobilização dos trabalhadores, com independência política dos governos e patrões, para defender o país e nossas reivindicações.

Os trabalhadores precisam construir uma mobilização própria, que não dependa de nem uma fração da burguesia. As centrais sindicais, os movimentos estudantis e populares devem ser pressionados a sair da passividade e a organizar uma resposta real. É necessário mobilização independente até para exigir medidas concretas do governo Lula para enfrentar os EUA, não discursos vazios ou negociações tímidas. Por isso, a luta contra o imperialismo deve estar conectada à luta pelas nossas reivindicações, às lutas dos trabalhadores e imigrantes dos EUA contra o governo Trump, com o povo Palestino contra o genocídio em Gaza e pelo fim do próprio sistema capitalista.

O momento exige firmeza, coragem e ação organizada – por soberania nacional, independência de classe e um futuro sem exploração.

Fora Trump do Brasil! Bolsonaro na prisão! ■

CRISE POLÍTICA**Campanha fala de “ricos contra pobres”, mas governo prepara acordão com Congresso, STF e centrão** DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, presidente da Câmara, Hugo Motta e o presidente Lula. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

A campanha promovida pelo governo Lula, representando a enorme injustiça tributária nesse país, onde os trabalhadores e a classe média arcaram com o peso dos impostos, enquanto os super-ricos não desembolsam um tostão, viralizou nas redes sociais. Os vídeos e as montagens mostrando os privilégios pornográficos dos políticos, por sua vez, insuflaram um mais que justo sentimento de indignação e ódio contra essa corja, que defende cortar ainda mais dos mais pobres, enquanto aumenta a conta de luz e aprova o aumento do número de deputados e uma série de regalias.

A campanha do governo, da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo mostra coisas reais, como o ódio da população contra o Congresso Nacional, o centrão e a direita, e diz corretamente que são inimigos do povo e defendem os ricos. Mas não diz toda a verdade e esconde o principal: que a política econômica do governo Lula e do Congresso, chamada de arcabouço fiscal, garante os privilégios dos ricos. Enquanto houver arcabouço fiscal (um teto de gastos públicos que limita recursos para áreas como a Saúde e Educação), não só nada vai mudar, como cada vez mais dinheiro público será desviado para o pagamento da dívida pública para enriquecer banqueiros. E isso não aparece nos vídeos de IA.

O PROBLEMA É O AR CABOUÇO E A DÍVIDA, IOF NÃO RESOLVE ISSO

Para entender a disputa entre o governo e o Congresso Nacional, vamos recapitular rapidamente como ela começou. No mês passado, Haddad anunciou um corte de R\$ 31,1 bilhões dos ministérios (Saúde, Educação, Habitação etc.) para ajustar o orçamento ao arcabouço fiscal e apontar ao mercado que o pagamento da dívida estaria garantido. Porém ele não precisa só cortar; é obrigado a aumentar a arrecadação e passar uma impressão, ainda que mínima, de que não só os pobres teriam que arcar com isso.

O decreto que elevava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) teve este objetivo: por um lado, conseguir alguns bilhões para fechar a conta, e, por outro, embasar um falso discurso de “justiça tributária”. O problema é que o IOF não ameaça um dedo mindinho dos super-ricos. Enquanto um corte do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pode

tirar a subsistência de milhões de idosos carentes, a elevação mínima desse imposto pegaria meia dúzia de transações dos realmente endinheirados, que passariam a pagar um pouco a mais, mas sobretudo uma ampla camada da classe média e até da classe trabalhadora que usa cartão de crédito, parcela compras e pega empréstimo.

Isso faria conseguir R\$ 10 bilhões a mais. Ou seja, um terço dos cortes sociais e uma fração mínima do que o país paga com os juros da dívida, R\$ 923 bilhões no ano passado, ou os R\$ 587 bilhões em isenções aos super-ricos. Resumindo: IOF não ameaça os lucros e o patrimônio dos bilionários, não promove justiça social, muito menos garante mais dinheiro para os mais pobres.

O aumento do IOF, assim, serve para manter o arcabouço fiscal e o pagamento dos juros da dívida aos banqueiros. Logo, defender a proposta do governo Lula é defender um regime de ajuste fiscal que vai continuar tirando dos pobres para entregar aos ricos. E é a favor disso que o governo empreende não uma luta de morte contra o Congresso, e sim uma pressão por um acordo com o centrão e a direita.

FALANDO SÉRIO

O Congresso Nacional é inimigo do povo, mas o governo e seu arcabouço fiscal também favorecem os ricos

Por que o presidente da Câmara, Hugo Motta, e o

centrão em peso foram contra o IOF? Primeiro, eles não aceitam abrir mão de um centavo das fintechs e de investidores que eles representam, quando não são eles próprios. Segundo, com a proximidade das eleições, Motta, Alcolumbre e companhia farejam a oportunidade de aumentar a barganha com o governo, cobrando mais emendas para irrigar seus redutos eleitorais ou simplesmente botar no bolso.

Para pressionar por um acordo e buscando reverter a queda de popularidade, o governo e o PT impulsionaram uma campanha cuja narrativa dava conta de que eles tentam taxar os super-ricos para isentar o IR dos mais pobres, possibilitar o fim da famigerada escala 6×1 e taxar as grandes fortunas. Mas o Congresso Nacional, com o centrão à frente, seria contra. O problema é que isso não bate com a realidade. Ou não com toda ela.

Que o Congresso Nacional é conservador, a favor dos ricos e contra os pobres não há a menor dúvida. A questão é que a política econômica do governo Lula, em sua totalidade, funciona para manter as isenções bilionárias às grandes empresas e ao agro e enriquecer banqueiros com a dívida pública garantida pelo arcabouço fiscal.

Vejamos um exemplo. Os R\$ 10 bilhões que o governo arrecadaria com o aumento do IOF não seriam para construir hospitais ou escolas, mas para fazer superávit primário, ou seja, para o pagamento de juros da dívida aos banqueiros. O patrimônio dos bilionários continua intocado, enquanto os pobres permanecem pagando a conta do ajuste fiscal. Portanto, é falsa essa disjuntiva: temos que aumentar o IOF para não cortar o salário

mínimo ou o dinheiro da Educação. Dentro do arcabouço fiscal, o salário mínimo, assim como a Saúde, a Educação e todas as áreas sociais, está sendo solapado e continuará sendo atacado, com ou sem IOF.

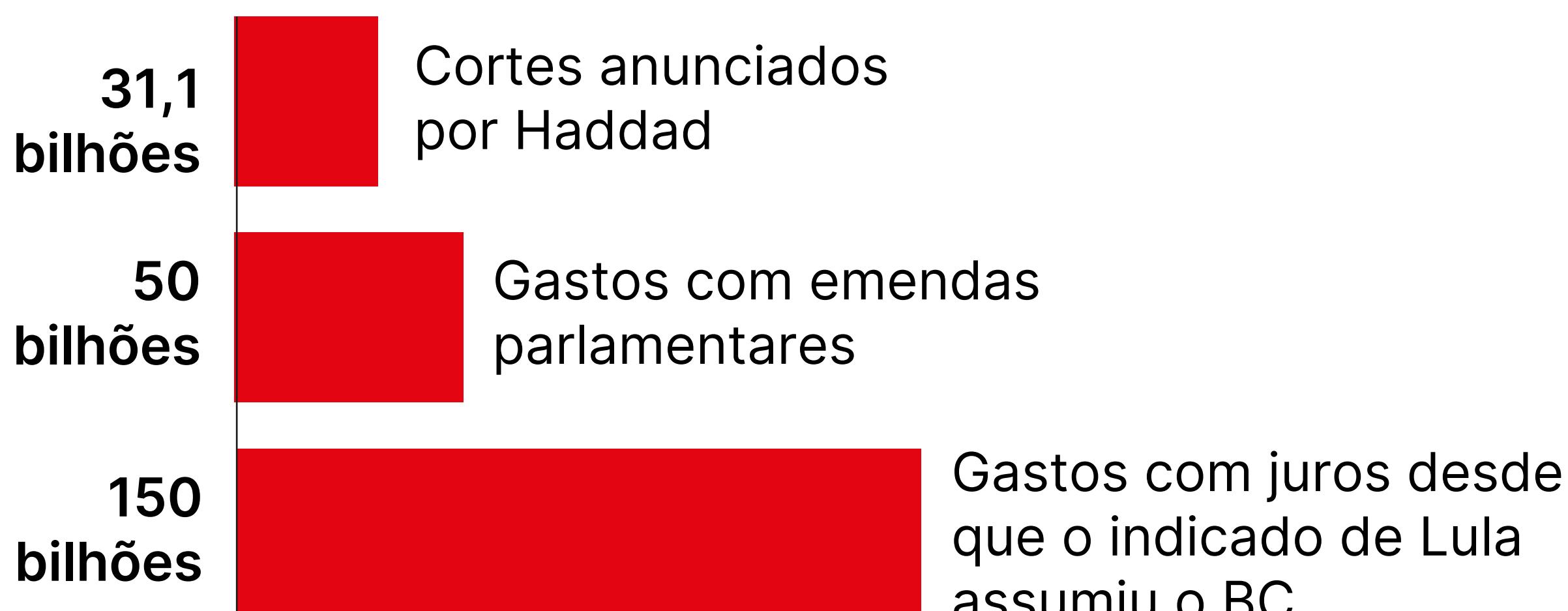
A disputa entre o governo e o Congresso Nacional, então, passa longe de fazer os ricos pagarem a conta em benefício dos pobres. Por parte do governo, mantém-se o arcabouço fiscal; por parte do Congresso, arranca-se o máximo que se pode. A campanha iniciada pelo governo e pelo PT é para pressionar o Congresso Nacional para uma negociação nesses termos, mas sem romper com Motta, Alcolumbre e o centrão. Tanto é assim que a campanha tinha como centro “o Congresso é inimigo do povo” e foi sendo “ajustada” para “o centrão é inimigo do povo”. O governo não quer queimar pontes com as lideranças do Congresso Nacional, muito menos se apoiar no movimento de massas para impor uma política econômica realmente a favor dos trabalhadores contra o parlamento. Ao contrário, pretende seguir governando com o centrão para continuar aplicando a mesma política econômica.

Enquanto fechávamos esta edição Haddad e Gleisi Hoffmann (que já havia pedido para não atacarem Hugo Motta) se reuniam para fechar o acordão. A ideia é ajustar um plano até a reunião de conciliação marcada pelo STF para o próximo dia 15.

Governo costura acordo com Congresso, STF e Centrão

ENTENDA

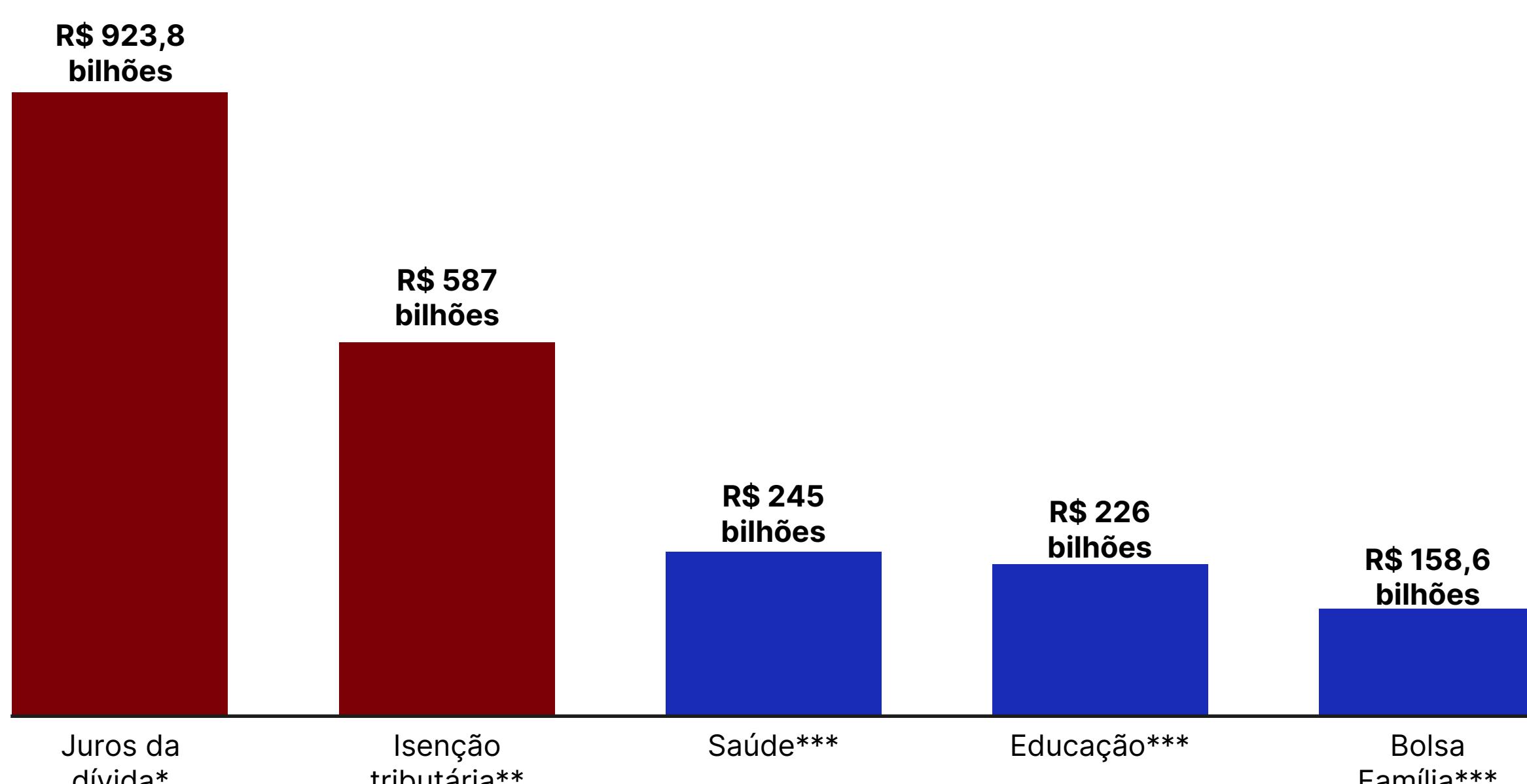
Governo tira dos pobres para dar aos ricos



Fonte: Ministério da Fazenda e BC

DESIGUALDADE

Brasil gasta muito sim, com banqueiros e empresários



* Banco Central, considerando o acumulado de 12 meses até fevereiro. Com o aumento dos juros, 2025 deve fechar com um valor muito acima disso.

** Dados da Receita Federal, considerados subestimados já que, na prática, as isenções sempre superam as estimativas.

*** Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 antes dos cortes (bloqueios e contingenciamentos) anunciados pelo governo.

PLEBISCITO

Para garantir as reivindicações dos trabalhadores, é preciso enfrentar o arcabouço fiscal

No meio dessa disputa, setores encabeçados pela Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo tiveram a iniciativa de realizar um plebiscito. À primeira vista, as questões trazidas são progressivas, já que partem de necessidades concretas da classe trabalhadora: o fim da escala 6×1, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e o aumento da taxação para quem recebe até R\$ 50 mil.

A isenção do IR é extremamente insuficiente, já que passou anos congelada ou reajustada abaixo da inflação, fazendo cada vez mais pobres pagarem impostos (e, desde que o governo prometeu a medida, ainda na campanha eleitoral, até hoje, já defasou). O projeto do governo, em tramitação na Câmara (com relatoria de Arthur Lira), por exemplo, não atualiza a tabela. Ele apenas impõe uma faixa de isenção até R\$ 5 mil. Ou seja, representa um alívio a um setor expressivo da classe trabalhadora num primeiro momento (não é por menos a pressa em aprová-la ainda este ano para que seu efeito se sinta nas eleições de 2026), mas tende a perder seu efeito com a inflação e a redução da política de crescimento do salário mínimo com o teto de gastos.

O maior problema, porém, é que, ao se recusarem a tocar no tema do arcabouço e da dívida pública, esses setores fazem um movimento não para

questionar a política econômica capitalista e neoliberal do governo Lula, Congresso Nacional e imperialismo e defender, de fato, as reivindicações da classe trabalhadora. Ao contrário, põem em marcha uma campanha controlada em torno de bandeiras que os trabalhadores apoiam, visando defender o governo com seu arcabouço fiscal e tudo e recuperar sua popularidade e as eleições de 2026.

O governo sabe, aliás, que tende a aprovar no Congresso a isenção até R\$ 5 mil, embora possa pagar por isso com outros direitos da própria classe trabalhadora, como manda o eterno ajuste fiscal praticado nos últimos trinta anos no Brasil.

Mobilização e independência de classe

Para realmente taxar os ricos capitalistas e garantir o fim da escala 6×1, a correção devida da tabela do IR, serviços públicos de qualidade, começando por verbas para educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, fim das privatizações, aumento geral dos salários, é preciso uma mobilização independente e para valer da classe trabalhadora, que derrote a política econômica do governo Lula, do Congresso e dos banqueiros. Isso começa por fazer o que fizeram os petroleiros do Rio de Janeiro em seu Congresso: votaram a inclusão de mais uma pergunta no plebiscito: o fim do arcabouço fiscal.

O plebiscito deve ser utilizado como instrumento de conscientização e mobilização independente da

classe trabalhadora, e não para desviar as lutas que podem ocorrer para serem contidas nos limites da pressão institucional e do arcabouço fiscal neoliberal.

Caso contrário, será uma manobra e não cumprirá a função que teve, por exemplo, o plebiscito que ocorreu contra as privatizações do governo Tarcísio em São Paulo, que serviu para massificar a denúncia da entrega do setor público e ajudar na mobilização da classe. ■



Não dá para lutar pelas reivindicações dos trabalhadores sem enfrentar o arcabouço fiscal e a política econômica neoliberal do governo Lula.

SOBERANIA

Trump, tire as mãos do Brasil! Sem anistia a golpistas capachos do imperialismo: Bolsonaro na prisão!

 DA REDAÇÃO



Foto oficial da Casa Branca por Molly Riley

A carta enviada pelo presidente da principal potência imperialista, Donald Trump, a Lula no dia 9 de junho representa um evidente ataque à soberania do Brasil. Nela, Trump determina uma taxação extra de 50% sobre todos os produtos brasileiros, além dos 10% que já havia imposto no início da guerra tarifária que o chefe do imperialismo impôs ao mundo inteiro, em abril.

Dessa vez, porém, a primeira justificativa do chefe do imperialismo para a sanção não foi econômica, mas política: a defesa do ex-presidente e seu capacho, Jair Bolsonaro, investigado e processado por tentativa de golpe de Estado. “Esse julgamento

não deveria estar ocorrendo. É uma Caça às Bruxas que deve acabar IMEDIATAMENTE!” afirma sem o menor pudor o mandatário estadunidense.

O presidente que vem travando uma verdadeira caça aos imigrantes, passando por cima das leis de seu próprio país para perseguir também LGBTIs, mulheres e população negra, acusa o Brasil de impor uma censura às big techs estadunidenses. Isso mesmo depois de as grandes plataformas de redes sociais agirem livremente por anos no país, espalhando fake news, omitindo crimes e favorecendo de forma descarada a extrema direita. A nova leva de imposição de tarifas pelos EUA atinge 22 países. No caso do Brasil, chama a atenção o tamanho da sanção e a evidente justificativa política em prol de seu servil aliado de extrema direita.

ATAQUE À SOBERANIA

A imposição de tarifas contra países semicoloniais como o Brasil é, por si só, um ataque à soberania. Justificar a sanção com a defesa de Bolsonaro já é uma escalada sem precedentes em seu mandato contra a autodeterminação do Brasil. Trump quer escolher quem o povo brasileiro elege ou deixa de eleger. Tenta passar por cima da Justiça brasileira e garantir a impunidade ao golpista que sempre o tratou com fidelidade canina, além de proteger as big techs estadunidenses que o apoiam, para que continuem espalhando fake news e desinformação a favor da ultradireita.

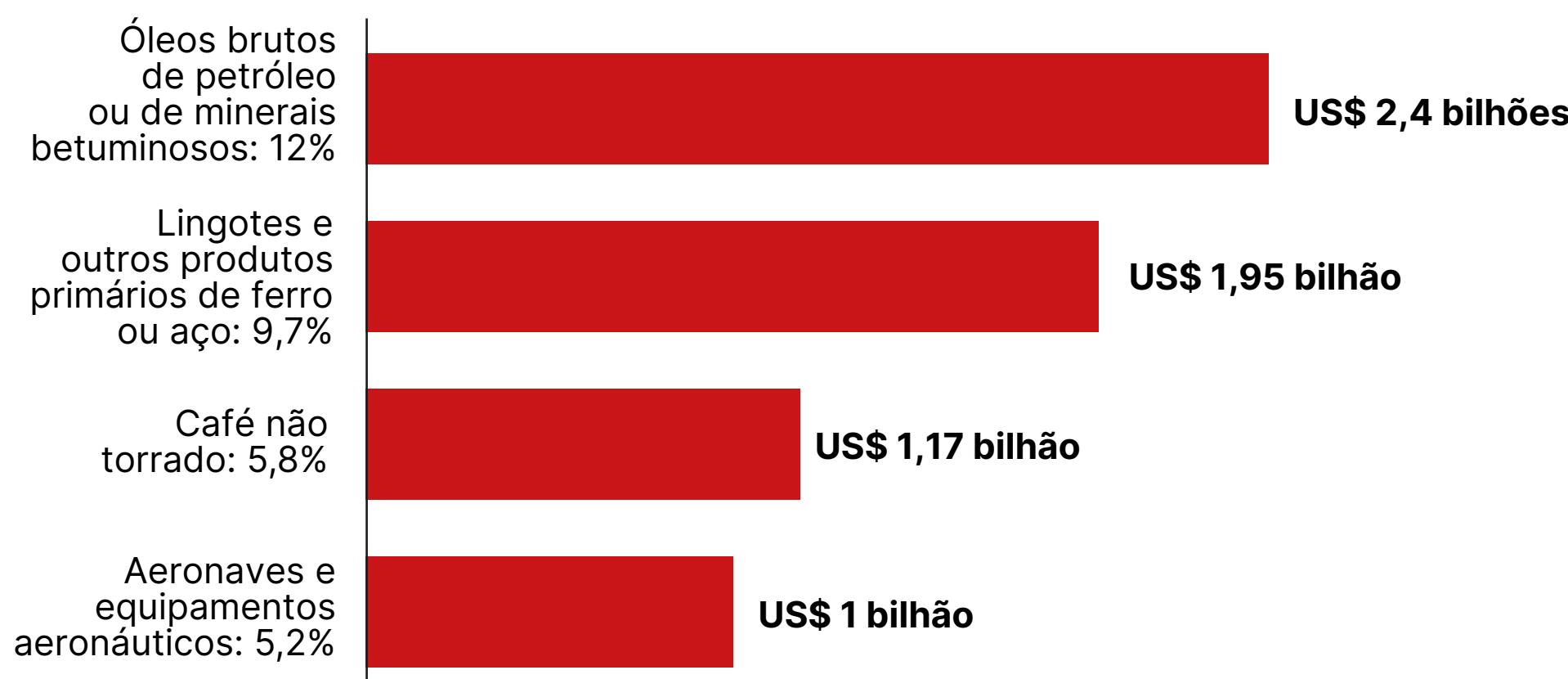
Fake news que, aliás, transbordam da carta de Trump. Ao contrário do que afirma, as relações comerciais entre Brasil e EUA não são injustas para o imperialismo. Há 16 anos o Brasil acumula déficit

comercial com o país. Mas não só. Os EUA remetem bilhões de lucros e dividendos para fora por intermédio de suas multinacionais que exploram os trabalhadores brasileiros, pagando salários bem inferiores ao que pagam em seu país, e se beneficiando de bilhões em isenções fiscais do Estado brasileiro. Seus fundos de investimento ganham bilhões com títulos da dívida pública e dividendos com ações de empresas como a Petrobras. Mesmo assim, quando dá na telha, suas empresas deixam trabalhadores na rua, como fez recentemente a Ford no Brasil.

Apesar do volume de produtos exportados pelo agronegócio e pela indústria extrativista, caso seja levada a cabo, a taxação atinge em cheio a indústria de transformação. Segundo a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil), os EUA representam o principal destino de produtos industrializados brasileiros. A imposição da taxa de 50% praticamente inviabiliza qualquer comércio. Trata-se de um embargo não declarado, com a intenção de influir na política interna do Brasil.

VEJA

Mais afetados



Fonte: Secretaria do Comércio Exterior

VIRA-LATAS

A subordinação hipócrita da extrema direita brasileira a Trump e ao imperialismo



Deputado Eduardo Bolsonaro. Foto Lula Marques / Agência Brasil

Nunca foi segredo para ninguém a extrema hipocrisia da ultradireita e do bolsonarismo. Enquanto vociferam um discurso pretensamente patriota, abaixam a cabeça e abanam o rabo ao imperialismo. A imagem de Bolsonaro prestando continência à bandeira dos EUA é a expressão mais deprimente desse caráter servil.

Causou espanto em alguns, porém, até que ponto conseguiram chegar, armando e motivando um ataque do imperialismo ao próprio país. O deputado licenciado, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se “autoexilou” nos EUA, não esconde o quanto se orgulha de ter tramado a sanção de Trump ao Brasil. Ligado ao ex-assessor trumpista Steve Bannon, um dos principais articuladores da extrema direita no mundo, o “03” tem livre trânsito a políticos influentes dos Republicanos.

Para além do círculo mais íntimo da família Bolsonaro, a extrema direita brasileira de conjunto se curva ao imperialismo estadunidense. Horas antes do anúncio do tarifaço, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, comandada pelo líder do PL, Sóstenes Cavalcante, aprovou uma “moção de louvor e regozijo” ao presidente dos EUA. Isso depois de inúmeras ameaças realizadas por Trump contra o país.

O deputado Nikolas Ferreira (PL-DF) foi outro que não hesitou em comemorar a vitória do presidente de extrema direita, postando “Go Trump” em suas redes sociais. Mas o caso mais esdrúxulo foi o de Tarcísio de Freitas, que se exibiu com o boné do Maga (Make América Great Again) e agora está sendo execrado nas redes sociais. O estado de São Paulo é o que mais exporta aos EUA, mais de 33% das exportações brasileiras, superando US\$ 13 bilhões.

ATAQUE À SOBERANIA

A sanção de Trump pegou mal para a extrema direita, sendo definida como um “tiro no pé” por um aliado bolsonarista. Os principais setores da burguesia rejeitaram a medida e vêm defendendo a utilização da lei da reciprocidade, inclusive os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, depois de 24 horas de completo silêncio. Essa posição também é compartilhada por Lula, que rejeitou a taxação e defendeu a reciprocidade como única alternativa após uma tentativa de negociação com Trump.

Mas essa primeira reação não tende a ir até o final. Setores como a Frente Parlamentar Agropecuária e

a Confederação Nacional da Indústria (CNI), representantes dos setores mais atingidos pelo tarifaço, já correram para implorar uma negociação do governo brasileiro com Trump, reafirmando o caráter entreguista da burguesia brasileira. Para ir até o final, a classe trabalhadora precisa entrar em cena, se mobilizar e liderar o rechaço a este ataque do imperialismo, mostrando que soberania não se negocia.

Soberania não se negocia

É preciso que a classe trabalhadora ganhe as ruas exigindo que Trump tire as mãos do Brasil, pedindo a solidariedade aos trabalhadores e imigrantes dos EUA, que impeçam que seu próprio governo ataque o Brasil ou continue promovendo um genocídio em Gaza junto ao assassino Netanyahu.

Devemos exigir ainda que o governo Lula enfrente de forma coerente o imperialismo dos EUA que ataca o país: imponha o controle de capitais, proibindo a remessa de dólares, lucros, dividendos e juros da dívida pública. Temos que exigir a cobrança de tarifas e um imposto fortemente progressivo sobre as big techs. É preciso estar disposto a nacionalizar as multinacionais dos EUA instaladas no Brasil e colocá-las sob o controle dos trabalhadores.

É preciso, ainda, combater os representantes de Trump no Brasil: a extrema direita entreguista e vira-lata. Isso não se faz entregando ministério para o centrão e a direita nem terceirizando o combate ao bolsonarismo golpista ao STF. Esse é o caminho para a volta da ultradireita, agora com um poderoso

aliado no norte que não tem vergonha de intervir em prol de seus interesses.

As organizações dos trabalhadores e populares deveriam chamar a classe às ruas, com disposição a fazer unidade na ação, golpear junto com todos os setores sociais dispostos a enfrentar Trump e a direita, mas marchar separada, organizada de forma independente, porque nenhum setor da burguesia vai defender até o final a soberania do Brasil. Muito pelo contrário.

A classe trabalhadora deve ir às ruas exigindo que Trump tire as mãos do Brasil

INDEPENDÊNCIA DE TODOS OS IMPERIALISMOS

O Brasil não deve ser quintal de ninguém

O bolsonarismo culpou o governo Lula e sua atuação no Brics (bloco fundado por Brasil, Rússia, Índia e China) alegando que teria sido uma provocação a Trump, legitimando uma retaliação dos EUA. Essa narrativa não corresponde à realidade. Apesar da decadência dos EUA, ele ainda é o imperialismo mais forte, e a ascensão da China como imperialismo emergente, a reunião do Brics foi inclusive esvaziada, uma vez que China e EUA negociavam.

Por outro lado, setores da esquerda apostam no bloco, especialmente na China, como alternativa à dominação imperialista estadunidense. Contudo, seria trocar a dominação dos EUA pela dominação chinesa, cujos monopólios capitalistas não são mais bonzinhos que os do imperialismo ianque. Não existe imperialismo do bem. Estão todos a serviço de dominar e explorar o país subordinado.

O Brics, por sua vez, avalizou a invasão da Ucrânia pela ditadura capitalista-imperialista de Putin e, hoje, ao lado de Trump, defende uma “paz” com anexações de uma parte do país pela Rússia.

A luta contra os ataques de Trump e a dominação imperialista dos EUA não pode ter como alternativa a dominação por um imperialismo “menos pior”. A classe trabalhadora deve estar à frente pela completa independência e autodeterminação do Brasil.■



Xi Jinping e Putin durante encontro Brics. Foto Kremlin

Greve da educação de Belo Horizonte: uma vitória inquestionável

 PSTU - BH



Assembleia realizada em Belo Horizonte reuniu 4 mil educadores. Foto Sind-REDE

Após 29 dias de greve, os trabalhadores da educação municipal encerraram o maior movimento de luta realizado nos últimos dez anos em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Mesmo mantendo a intransigência e se negando a garantir o índice de reajuste do piso nacional da educação, quem saiu derrotado foi o prefeito Álvaro Damião (União Brasil).

A maior conquista de uma greve é, de longe, a capacidade de uma categoria de transformar as revoltas individuais em ações coletivas. Isso por si só é vitória! Ainda mais ao se considerar o contexto atual, em que os governos, seguindo a lógica do

neoliberalismo, impõem aos trabalhadores inúmeros ataques, em especial os relacionados à retirada de direitos.

Por isso, a maior vitória da greve foi, sem dúvida, a unidade e a força de professoras e professores, organizados com seu sindicato, o Sind-REDE, filiado à CSP-Conlutas. A força da luta foi capaz de convencer a sociedade de que a greve era justa, o que permitiu derrotar o discurso da extrema direita, que, raivosa, atacava o conjunto dos trabalhadores em educação.

PREFEITO DESMASCARADO

O prefeito Álvaro Damião foi desmascarado pelas professoras e professores em greve, que, ao denunciar sua viagem a Israel, escancararam o descaso com que ele trata a educação. Ao mesmo tempo, o movimento grevista revelou a relação de Damião com o ex-secretário de educação, Bruno Barral, também do União Brasil, afastado por corrupção. Essa denúncia foi publicizada, mostrando a opção política do prefeito com corruptos, inimigos da educação.

A força da greve impôs uma derrota ao prefeito na Justiça, impedindo a ilegalidade do movimento. Pela primeira vez, se considerarmos todas as vezes que a prefeitura de Belo Horizonte acionou o judiciário, a greve não foi considerada ilegal. Uma grande vitória no contexto de aumento do uso da Justiça para limitar o direito de greve dos trabalhadores.

VITÓRIAS ECONÔMICAS

A categoria também obteve conquistas econômicas, numa conjuntura em que carreiras

estão sendo destruídas e direitos históricos, atacados.

No acordo assinado entre a Prefeitura e o sindicato consta: avanço na carreira, com possibilidade de progressão de dois níveis por escolaridade, o que representa 10% a mais no salário; oito horas de reuniões pedagógicas coletivas mensais nas escolas; garantia da reposição inflacionária anual em maio (data-base) e a aplicação de 2,4% de reajuste retroativo a janeiro, em reconhecimento aos “restos inflacionários” desde 2017. A situação das professoras e professores aposentados também foi ponto de destaque e teve de ter um reconhecimento inegável por parte da Prefeitura.

Diversos motivos impediram que a categoria conseguisse o índice de recomposição salarial historicamente demandado desde 1996, quando foi implementada a carreira da educação municipal. É importante destacar a intransigência do prefeito, que não considerou o fato de a educação ter verba própria e manteve a opção de privilegiar os contratos com as empresas de seus amigos, em detrimento de um reajuste justo aos trabalhadores.

Soma-se a isso o fato de os demais servidores municipais, em outras carreiras do Executivo, terem aceitado a proposta sem qualquer luta que pudesse promover um confrontamento político-sindical contra a Prefeitura, o que acabou colocando a categoria da educação em uma situação de isolamento muito difícil de romper.

A LUTA CONTINUA

A luta continua porque os problemas da educação na capital mineira estão longe de

acabar. É preciso ficar alerta sobre o retorno das nossas atividades nas escolas; seguir a cobrança pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação; avançar com as mobilizações contra a reforma da Previdência; fortalecer a campanha nacional pela taxação dos super-ricos, pelo fim da escala 6×1 e pela derrubada do arcabouço fiscal do governo Lula.

Num período em que nossas lutas têm sido defensivas, os professores colocaram Belo Horizonte no centro das mobilizações do país, escancarando o desrespeito com o qual Álvaro Damião trata os trabalhadores em educação, mas também colocando em xeque a política econômica imposta para toda a educação no Brasil.

Os trabalhadores em educação de Belo Horizonte protagonizaram duas lutas históricas este ano. No início do ano, uma greve de trabalhadores terceirizados, com adesão de mais 70% dos trabalhadores. Agora, uma greve de professores.

Nas duas greves, o que prevaleceu foi a unidade e um avanço da organização da classe, com realização de assembleias democráticas e comandos de greve amplos, eleitos por grupos de escolas. Organização, democracia de base e luta direta: essa é a lição principal que sai das duas greves da educação de Belo Horizonte.

Reafirmamos que 2,49% continuam não sendo valorização. O prefeito Damião é e permanecerá sendo sacana demais! ■

EDUCAÇÃO

Um Projeto de destruição dos CEFETs



REBELDIA CEFET - MG



Foto: CEFET-MG/Divulgação

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) transformam a vida de milhares de estudantes através de cursos técnicos que construíram o renome dessas instituições. Milhares de trabalhadores, ao longo de décadas, estudaram, formaram e conseguiram inserção no mercado de trabalho por conta da formação técnica no CEFET.

Equipes como Trincabotz e CEFAST (AeroDesign, Aerospace, Baja, Drone e Fórmula) – protagonizadas por técnicos – conquistam prêmios nacionais e internacionais, desenvolvendo tecnologia e profissionais para a sociedade. Projetos como o LabMaker, que leva eletrônica e robótica à comunidade Cabana do

Pai Tomás em Belo Horizonte, e a META, cujo projeto Pluto venceu a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), demonstram como ensino, pesquisa e extensão fortalecem a educação brasileira.

SUCATEAMENTO

Apesar disso, os CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro enfrentam um sucateamento crescente: assistência estudantil fragilizada, ausência de restaurantes universitários no interior, aumento de mais de 100% no valor das refeições em Belo Horizonte, e cortes de bolsas para projetos.

Equipes dependem de rifas e patrocínios privados, enquanto laboratórios precisam de modernização, salas têm mobília danificada e ventiladores quebrados. Essa degradação aprofunda-se com o corte de quase R\$ 3 milhões no orçamento do CEFET-MG – 4,5% do orçamento previsto –, impactando todos os setores.

Este ataque reflete um cenário nacional: o governo Lula retirou mais de R\$ 2 bilhões da educação, continuando uma política histórica de redução de verbas.

PROJETO DAS UFTS

Nesse contexto, surge o Projeto de Lei (PL) 5102/2023, que propõe transformar os CEFETs em Universidades Tecnológicas Federais (UTFs). Com o apoio de deputados como Nikolas Ferreira (PL), Rogério Correia (PT), Tadeu Veneri (PT) e Tarácio Motta (PSOL), que alegam resolver problemas orçamentários da instituição,

enquanto, na verdade, é um gravíssimo ataque aos trabalhadores e estudantes do país.

Primeiro, desestrutura a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), base dos projetos acima citados. Segundo, acelera o sucateamento: a experiência da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) mostra o desaparecimento progressivo do ensino técnico; resta apenas um curso integrado com 100 vagas.

Relatórios da Associação de Docentes do CEFET-Rio de Janeiro (ADCEFET-RJ) e do Sindicato dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (SINDCEFET-MG) demonstram que as matrículas na graduação crescem, enquanto o ensino técnico decai. Além disso, o aumento do orçamento, defendido pelos parlamentares, não é garantido, já que o cenário nacional é, já há bastante tempo, o de redução das verbas para a área.

SUBORDINAÇÃO DO BRASIL

Essa realidade deriva da subordinação do país à exportação de commodities, que inviabiliza a industrialização e torna secundária a formação técnica industrial. Essa dependência cria um ambiente onde o capital busca lucratividade em setores como a educação. O que explica, aliás, a influência de bilionários como o Lemann no Ministério da Educação (MEC) e de outros que lucram com o sucateamento público. Eles são consequência de um modelo que bloqueia o desenvolvimento do país.

Então, o que significa este projeto? Significa que

PT, PSOL e PL aderem ao mesmo projeto educacional: desmontar um ensino técnico público e de qualidade, acessível a uma parcela dos filhos da classe trabalhadora.

É um desmonte porque a transformação em UTF gera incertezas críticas: a continuidade dos projetos é duvidosa, nem a permanência estudantil é garantida. Não se sabe se os cursos serão ofertados com as mesmas vagas. Se não, alunos que veem no CEFET uma chance mínima de ascensão perderão essa oportunidade. Iniciações científicas júnior podem desaparecer, reduzindo democracia científica e produção de conhecimento.

Não deveríamos ter dúvidas, mas certezas de melhorias: mais democratização científica; mais alunos periféricos acessando educação de qualidade; mais vagas. Nada disso é realidade porque PL, PSOL e PT unem-se não para defender a classe trabalhadora e seus filhos, mas os interesses dos bilionários da educação e das grandes empresas estrangeiras.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

É antagônico ao governo Lula manter educação pública de qualidade – que demanda investimento – quando seu plano é cortar desses setores para beneficiar a burguesia, vide plano safra e dívida pública.

A destruição do CEFET não é coincidência, nem algo isolado, mas projeto engajado de governos de conciliação para saciar a fome insaciável da burguesia.

Organizações atreladas ao governo convocam atos limitados e desmobilizados em todo o país, visando controlar e subordinar a revolta estudantil. É urgente defender uma educação de qualidade, construindo nos CEFETs e em todos os espaços uma auto-organização classista e independente, rumo a um projeto socialista que atenda às necessidades da maioria da população: a classe trabalhadora.■

Projeto que transforma CEFETs em Universidades Tecnológicas Federais (UTFs) gera incertezas críticas: a continuidade dos projetos é duvidosa, nem a permanência estudantil é garantida. Não se sabe se os cursos serão ofertados com as mesmas vagas.



PALESTINA**Netanyahu retoma plano de expulsão de palestinos** FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

Criança aguarda sua vez para receber comida em Rafah, no sul da Faixa de Gaza | Foto: Unicef/Abed Zagout

No último dia 7 de julho, o primeiro-ministro israelense Binyamin Netanyahu fez uma reunião a portas fechadas com o presidente Trump em Washington. Os temas discutidos foram Gaza, Irã e Iêmen.

Nos dias que antecederam a reunião, Trump defendeu um cessar-fogo de 60 dias para a libertação dos prisioneiros israelenses em Gaza, e anunciou que Israel concordara com o cessar-fogo, e que o Hamas estava interessado em um acordo.

Após a reunião, Netanyahu reafirmou sua intenção de expulsar os palestinos com a anuência de

Trump. Posteriormente, ele explicou que apoia um cessar-fogo que não é um cessar-fogo, mas sim uma rendição na qual o Hamas seria desarmado e seus líderes exilados. Para isso, Israel manteria a presença das tropas israelenses em toda a Faixa de Gaza. Isso é totalmente diferente do cessar-fogo firmado em 15 de janeiro e rompido por Israel.

O Hamas anunciou que apoia um cessar-fogo similar ao firmado em 15 de janeiro, com a retirada das tropas israelenses de Gaza, o livre ingresso de ajuda humanitária, a troca de prisioneiros, que aponte para um cessar-fogo permanente, e para o fim do genocídio israelense em Gaza.

CAMPO DE CONCENTRAÇÃO NAS RUÍNAS DE RAFAH

Em Israel, o ministro da Defesa Israel Katz explicou o plano de limpeza étnica aprovado pelo governo israelense. O primeiro passo é criar um campo de concentração no sul de Gaza, sobre as ruínas da cidade de Rafah. Cerca de 600 mil palestinos seriam confinados e só poderiam sair de lá para fora da Faixa de Gaza.

O segundo passo é ampliar o número de palestinos confinados nesse campo de concentração para 1,5 milhão, e expulsar meio milhão para fora da Palestina. Desta forma, o exército israelense manteria 80% do território de Gaza sem palestinos, abrindo o caminho para a instalação de assentamentos israelenses com colonos fascistas.

AS CRISES DE ISRAEL

Nem tudo são flores na rota genocida planejada pelo Estado de Israel. A economia do país está em frangalhos, aumentando sua dependência do

imperialismo. Metade dos soldados reservistas evadem da convocação militar, e inúmeros soldados em Gaza têm problemas psíquicos por conta, principalmente, das ações diárias da resistência palestina que faz feridos e mortos entre os sionistas, mesmo em desvantagem militar. Netanyahu recuperou parte de sua popularidade, mas as pesquisas eleitorais apontam para sua derrota nas eleições que serão convocadas até outubro de 2026.

REPÚDIO AUMENTA

No exterior, o genocídio é amplamente repudiado. Esportistas e artistas israelenses são alvo de protestos populares. Hotéis e restaurantes se recusam a atender soldados israelenses em férias. Até Netanyahu e seu ex-ministro Yoav Gallant têm ordem de prisão expedida pelo Tribunal Penal Internacional, e não podem visitar os países que reconhecem sua jurisdição. E a tendência é esse repúdio se materializar em novas mobilizações enormes.

IÊMEN E IRÃ NA MIRA DOS SIONISTAS

Na reunião com Trump, Netanyahu tentou convencê-lo a atacar militarmente os iemenitas houthis, que continuam impedindo o comércio com Israel no Mar Vermelho em solidariedade com os palestinos, e o Irã, que está em condições de reconstituir seu programa nuclear e a fabricação de mísseis balísticos. A posição de Trump, de cujo apoio Israel depende para suas ações genocidas, ainda não está clara.

FATO DOCUMENTADO

Relatora da ONU denuncia o genocídio uma vez mais

A combativa relatora da ONU para direitos humanos nos territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, apresentou seu terceiro relatório no qual reafirma que as ações israelenses se caracterizam como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio, o crime mais grave tipificado pelo direito internacional.

Ela ainda nomeou uma série de corporações capitalistas que lucram com o genocídio em curso, tais como as big techs estadunidenses e a indústria armamentista. E recomendou o indiciamento de todos os CEOs dessas empresas por descumprimento das normas do direito internacional.

O governo Trump aplicou sanções contra a relatora alegando perseguição contra as multinacionais estadunidenses. Francesca Albanese respondeu dizendo estar em paz com sua consciência.

PALESTINA LIVRE

A questão palestina será decidida na luta local e internacional

A resistência palestina, armada e pacífica, e a imensa solidariedade internacional ainda não conseguiram paralisar o genocídio em Gaza. Mas

como diz o ditado: “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.”

O fim do genocídio é um primeiro passo. A libertação da Palestina enfrenta inimigos poderosos. Israel é armado e financiado pelo imperialismo estadunidense e europeu. O imperialismo chinês é o principal parceiro comercial de Israel. E o imperialismo russo exporta petróleo que move a máquina de guerra sionista.

Os regimes árabes protegem Israel e impedem a mobilização da juventude e da classe trabalhadora árabe que odeia Israel e almeja a libertação da Palestina. E a burguesia palestina, representada pela Autoridade Palestina, mantém a colaboração de segurança com Israel.

Por isso que a libertação da Palestina depende, em primeiro lugar, da resistência palestina, mas também das lutas árabes para derrubar os regimes que colaboram com Israel, e da solidariedade internacional para paralisar o envio de armas para Israel e seu financiamento.

Para impulsionar esse projeto de libertação, é muito importante construir um partido revolucionário e internacionalista que alimente a multifacetada solidariedade internacional, que construa uma nova onda de revoluções árabes e apoie incondicionalmente a resistência palestina para pôr fim ao Estado de Israel e construir uma

Palestina livre, do rio ao mar! ■

AVIBRAS

Justiça homologa plano que pode retomar atividades

 REDAÇÃO

Ato em defesa dos empregos e pela estatização da Avibras | Foto: Roosevelt Cássio/Sindmetal SJC

O novo plano de recuperação judicial da Avibras Indústria Aeroespacial S/A, apoiado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região (filiado à CSP-Conlutas), foi homologado pela Justiça no dia 30 de junho e representa uma esperança concreta para a retomada das atividades da principal indústria bélica do país.

A Avibras está em recuperação judicial desde 2022, e o plano alternativo foi apresentado diante do descumprimento de obrigações pela empresa e da ausência de perspectiva concreta de avanço da proposta original. Agora sob chancela da Justiça, o plano confirma a destituição do então proprietário da Avibras João Brasil Carvalho Leite.

“Se conseguirmos o retorno das atividades da principal indústria bélica do país, será uma vitória dos trabalhadores e do Sindicato, que está nesta mobilização desde março de 2022”, afirma Weller Gonçalves, presidente do Sindicato e militante do PSTU.

Avibras tem hoje cerca de 900 trabalhadores, mas a dívida de salários e direitos atrasados afeta um total de 1.400 empregados.

REUNIÃO COM INTERVENTOR

Fábio Guimarães Leite foi nomeado como diretor provisório. Em nota oficial, a direção da Avibras, agora destituída, afirmou que acatará a decisão pela homologação do plano. A estimativa é que o período de transição (gestão do diretor provisório) dure até três meses. Nesse período, a Avibras passará por uma auditoria.

A direção do Sindicato reuniu com o diretor provisório, no último dia 3, e apresentou as reivindicações dos trabalhadores, que estão com 27 salários atrasados.

DIREITOS TRABALHISTAS

“A expectativa dos trabalhadores é o recebimento dos 27 salários que estão atrasados e a volta dos benefícios que foram cortados pela Avibras. Os trabalhadores estão em greve desde 9 de setembro de 2022”, destaca Weller Gonçalves.

Antes mesmo da homologação do plano alternativo, o Sindicato já vinha negociando com a Brasil Crédito os termos para que os trabalhadores voltassem à fábrica. Na ocasião, ficaram acertadas as seguintes condições:

- | Parcelamento em 48 meses dos salários, 13º, férias e FGTS que estão atrasados;
- | Conversão das multas trabalhistas em 10% das ações da Nova AVB, quando acontecer a abertura de capital social;
- | Preservação de todos os direitos dos trabalhadores que retornarem à fábrica;
- | Estabilidade no emprego por no mínimo 90 dias.

OMISSÃO DO GOVERNO LULA

Diante desse novo cenário, o Sindicato vai intensificar a cobrança para que o governo federal agende uma reunião. “Não há mais desculpa para o presidente Lula fugir de um tema que envolve a principal indústria bélica do país e penaliza 1.400 trabalhadores. Agora existe uma chance real de que a Avibras volte a operar. Vamos cobrar do governo federal a assinatura de contratos que viabilizem a retomada da fábrica”, afirma Weller.

GOVERNO TARCÍSIO CONTRA A RECUPERAÇÃO

O governo do Estado de São Paulo tenta impedir retomada da Avibras e entrou com recurso contra plano de recuperação da empresa, através da Fazenda Pública do Estado de São Paulo (Fesp).

“Isso é mais uma tentativa de impor mais um obstáculo à retomada da fábrica, que está em recuperação judicial desde 2022 e corre risco de ir à falência. A homologação do plano alternativo

representa uma possibilidade concreta da volta das atividades”, diz Weller.

Para o presidente do Sindicato, “ao tentar embargar a homologação, o governo paulista atua para inviabilizar a retomada da Avibras, empresa que participa do Programa Espacial Brasileiro e é certificada como estratégica para o país”.

No pedido de embargo, a Fazenda exige a apresentação de certidões negativas de débitos tributários da Avibras e requer a suspensão da homologação pelo prazo de 60 dias.

REPÚDIO

O Sindicato repudia a atitude do governo de São Paulo. O que está em jogo, além da recuperação da fábrica, é o pagamento dos 27 salários atrasados aos trabalhadores da fábrica.

Desde 2022, o Sindicato vem cobrando do Governo Federal investimentos que possibilitem a retomada, mas nenhuma medida foi tomada. Agora, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se soma à omissão do presidente Lula (PT) e pode agravar ainda mais a situação. O Sindicato vai enviar ao governador Tarcísio e ao vice-governador Felício Ramuth (PSD) pedido de agendamento de reunião.

“Quando estamos tão perto de colocar um fim na severa crise que se abateu sobre a Avibras e regularizar a situação dos trabalhadores, o governo estadual entra para atrapalhar. Essa é uma atitude irresponsável que deve ser repudiada por todos”, diz Weller

“Nós do Sindicato e do PSTU seguiremos lutando pela retomada das atividades da Avibras, em defesa dos direitos dos trabalhadores e pela estatização, sob o controle dos trabalhadores, de todas as empresas estratégicas do nosso país”, finaliza.■

‘Quando estamos tão perto de colocar um fim na severa crise que se abateu sobre a Avibras e regularizar a situação dos trabalhadores, o governo Tarcísio entra para atrapalhar. Essa é uma atitude irresponsável que deve ser repudiada por todos’

Leia mais no site

aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou

CLIQUE AQUI



Exposição no Rio de Janeiro viaja pela vida, arte e rebeldia de Cazuza



REDAÇÃO



Foto: Reprodução

A exposição *Cazuza Exagerado* é uma viagem imersiva pela vida, arte e rebeldia de Cazuza. O artista que mostrou ao mundo todas as suas caras – sem filtro, sem pudor – é celebrado na mostra que reúne mais de 700 itens e muita emoção num espaço de 1.500 metros quadrados, dividido em nove salas temáticas, no Shopping Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.

Sob a curadoria do poeta Ramon Nunes Mello, que também organizou dois livros sobre Cazuza, publicados no ano passado (veja no final do texto), a exposição mostra que “o poeta está vivo”. Para Ramon, a exposição não existiria se não fosse pela mãe do artista, Lucinha Araújo, que sempre foi uma grande guardiã da memória de Cazuza.

Quem visita a exposição verá a camisola de batismo feita por Lucinha, o primeiro brinquedo, a escova de cabelo, bilhetes carinhosos, manuscritos, roupas, fotos e objetos pessoais do cantor. Um dos destaques é o manuscrito original de “Exagerado”, com rasuras e versos extras.

Em uma das salas foi recriado o camarim do Canecão, onde ele fez sua última apresentação, já debilitado pela doença. Em outro espaço estão reunidos depoimentos de 80 amigos e artistas que conviveram com Cazuza. Entre eles, estão Ney Matogrosso e Roberto Frejat.

Em outro ambiente, repleto de fotografias do chão ao teto, imagens animadas por IA cantam trechos de hits como “Brasil” e “Codinome Beija-flor”.

VIVO NOS CORAÇÕES DOS BRASILEIROS

Ao visitar pela primeira vez a exposição, Lucinha Araújo ficou bastante emocionada: “Ele está vivo nos corações dos brasileiros”, disse em depoimento ao Fantástico, da TV Globo. “A lembrança maior que eu tenho dele é a coragem. Principalmente na doença. Nunca se queixou de nada. Achava que a vida tinha dado tanto que não podia reclamar”, completou.

Prevista para ficar até o final de agosto no Rio de Janeiro, a mostra segue para São Paulo, e a expectativa de Lucinha é que Cazuza Exagerado possa circular por outras cidades do Brasil.

FAZ PARTE DO MEU SHOW

O poeta ainda está vivo

Agenor de Miranda Araújo Neto, o Cazuza, nos deixou em 7 de julho de 1990, quando tinha apenas 32 anos. Símbolo da geração que se rebelou e gritou por liberdade em meio à luta pela derrubada da ditadura, foi ícone inconteste das LGBTIs e poeta do submundo, dos amores tresloucados e de uma juventude em busca de seu espaço numa sociedade careta e conservadora.

Cazuza teve sua vida abreviada pela Aids. Tornou-se, assim, de forma involuntária, também um símbolo do raivoso preconceito que na época tachava a doença como a “peste gay”.

Passados 35 anos, suas poesias cantadas, suas fantásticas reinterpretações de clássicos da MPB e sua voz inconfundível são testemunhos vivos de um tipo de artista que, independentemente de sua origem de classe, alimenta sua criatividade do contato direto com o mundo real, dos anseios, desejos e angústias que povoam o submundo dos excluídos e das carências (afetivas, sociais, artísticas e culturais) daqueles e daquelas para quem a rebeldia é o único modo de vida possível. Por isso mesmo, continuam a embalar corações, corpos e mentes Brasil afora.

A BURGUESIA CONTINUA FEDENDO, MAS O POETA AINDA ESTÁ VIVO!

Em 1988, “Ideologia”, “Brasil” e “Faz parte do meu show” soavam como desafios abertos ao preconceito e aos descaminhos de um país cuja redemocratização deixava muitíssimo a desejar.

No mesmo ano, na genial “O tempo não para”, ele disparou sua metralhadora cheia de mágoas contra os que o achavam derrotado. Gente que, enquanto chamam os outros de “ladrão, de bicha, maconheiro, transformam um país inteiro num puteiro, pois assim se ganha mais dinheiro”.

Em seu último disco, “Burguesia” denunciou as elites como obstáculo para que haja poesia. Por isso, precisa ir para a cadeia, ser desapropriada, dinamitada.

E foi chamando todo mundo para ir à rua e “fazer uma revolução” que o poeta se despediu da gente. É por essa e muitas outras que continua vivo entre nós.■

PARA VER

Filme: **Cazuza – O tempo não para** (2004)

Direção: Sandra Werneck e Walter Carvalho

Disponível: YouTube, Netflix, Amazon, HBO e

Apple TV

PARA LER

Livro: **Cazuza – Meu lance é poesia** (2024)

Autor: Cazuza [1958 – 1990]

Organizador: Ramon Nunes Mello

Livro: **Cazuza – Protegi teu nome por amor** (2024, fotobiografia)

Organizadores: Lucinha Araújo e Ramon Nunes Mello

Livro: **O tempo não para: viva Cazuza** (2011)

Autora: Lucinha Araújo